



SINDSERV PARTICIPA DE ATO PÚBLICO DA GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO!

Os servidores públicos municipais, junto ao Sindserv, participam no dia 13 de agosto do ato público regional da Greve Geral Nacional da Educação. A luta é função dos cortes de verba da educação pública, contra a reforma da Previdência, as privatizações e as terceirizações.

pág. 3

A tal da PEC paralela...

pág. 8

Sindicato presente nos atos contra a perseguição de trabalhadores e as privatizações



pág. 6

SINDSERV FLAGRA

QUASE CAINDO...

A quadra da E.M. de Juquehy continua caindo aos pedaços. Foram várias promessas de manutenção por parte da prefeitura, que a todo momento pede mais prazo.

pág. 4



A perversidade da terceirização; o caso das perícias médicas municipais.

pág.7

Trabalhadores elegem delegados para o 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas

pág.7

Servidores se divertem no 7º Arraiá do Sindserv!



pág.5

EDITORIAL

Companheir@s,

Companheir@s, nosso Sindicato está prestes a completar 30 anos! Provavelmente, em todo esse tempo, os trabalhadores não enfrentaram tantas mazelas. A crise do sistema é imensa, ataca diretamente os mais pobres e os direitos conquistados com muita luta pelos trabalhadores ao logo do tempo!

Em oposição a isso, estamos vendo a prefeitura, o sistema bancário e os grandes empresários acumulando mais e mais dinheiro! É claro que alguma coisa está muito errada! Nós, trabalhadores e trabalhadoras, acumulando dívidas com juros impagáveis enquanto os banqueiros e os grandes empresários comemoram os recordes de lucro.

- Itaú: R\$ 6,71 bilhões (+6,9%)
- Bradesco: R\$ 5,82 bilhões (+30,3%)
- Banco do Brasil: R\$ 4,005 bilhões (+45,7%)
- Santander: R\$ 3,415 bilhões (+21,1%)

Mais informações: <https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2019/05/09/lucro-maiores-bancos-cresce-trimestre-economica.html>

Nesse mesmo sentido, a arrecadação da prefeitura de São Sebastião cresce R\$ 41% e o prefeito sequer cumpre a promessa de campanha que fez com os trabalhadores! Se isso tudo não bastasse, ele deve ao FAPS, não paga e ainda empresta, com o aval da maioria da Câmara dos vereadores, mais R\$ 140 milhões. Adivinha quem vai pagar essa conta? Todos nós. Isso mesmo, eu, você e sua família. Essa conversa de que a conta vai ficar para o próximo prefeito é balela! Prefeito não paga conta! Quem paga é o povo!

Está indignad@!? Nós também! Por isso fomos às ruas protestar! E você também deveria ter ido! Pois é do seu bolso que vai sair

todo esse dinheiro pra pagar a farra!

Sabe que o governo federal tá acabando com a sua aposentadoria, com a Educação pública e com um futuro seguro para seus filhos!?

Sabe que o prefeito terceirizou a USO, aumentou a referência e salário para altos cargos na nossa prefeitura!?

“Acho que já temos motivos de sobra pra indignação.”

E a câmara aprovou!!!

Acho que já temos motivos de sobra pra indignação. Que nossa indignação se expresse em um grande levante contra os ricos e que se dizem poderosos, pois foi em cima da exploração do nosso trabalho que eles edificaram sua riqueza! Basta!

Estamos cansados das péssimas condições de tra-

balho e dos baixos salários. E o prefeito, para tentar esconder sua imensa impopularidade, agora aparece com um questionário ridículo para tentar enganar mais uma vez os trabalhadores e a população! Como pode uma pergunta não ter ruim ou péssimo como resposta!?

Parece brincadeira, mas não é! Boicote esse questionário! Não somos obrigados a participar desse jogo sujo de poder. Somos muito mais que isso! Somos pessoas dignas e honradas; trabalhamos duro pra pagar as contas e não vamos ajudar a quem não nos ajuda! Repudiamos as atitudes desesperadas dessa administração. Nós, trabalhadores da ativa e aposentados, queremos o que é nosso por direito! Onde está nossa reposição de perdas? Nosso reajuste dos vales refeição e alimentação?

Por tudo isso estamos nos preparando para a realização do nosso 1º Congresso de Base d@s Servidor@s de São Sebastião! Vamos reunir tod@s @s Trabalhador@s para um grande debate, para conhecermos nosso passado, avaliar nosso presente e traçar os rumos para o nosso futuro.

Não esquecemos agora e não vamos esquecer disso o ano que vem!

REAJUSTE JÁ! VAI TER LUTA! EXIGIMOS O QUE É NOSSO POR DIREITO!

Alexandre Lisboa
Vice-presidente
do Sindserv



Doações de agasalhos e cobertores

Doar faz bem ao coração!

CAMPANHA DO AGASALHO 2019

Sua solidariedade aquece quem passa frio.

DOE UM AGASALHO, O FRIO MATA!

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv) esta arrecadando doações de Agasalho. São três pontos de coleta, nas Subsedes (Norte e Sul) e na Sede Central, e tudo o que está sendo angariado será encaminhado aos necessitados.

O objetivo é ajudar famílias e pessoas carentes a enfrentar o inverno com mais segurança, dignidade e calor humano.

Qualquer pessoa pode doar cobertores, man-

tas, agasalhos, calçados, meias, tocas, luvas, entre outras roupas, nos pontos de arrecadação que funcionam de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h:

- Sede Central, na Rua José David do Vale, 33, no Centro.
- Subsede Costa Norte, na Rua Carlos Gomes, 141, bairro Enseada.
- Subsede Costa Sul, na Rua Luziana, 107, em Boiçucanga.

+Informações:
(12) 3892.1545

EXPEDIENTE

O Alerta Servidor é um informativo mensal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv)
Rua José David do Vale, nº 33
Centro – São Sebastião/SP
Fone: (12) 3892.1545
E-mail: jornalismo@sindserv.com
As opiniões e sugestões para as próximas edições poderão ser enviadas pelo e-mail:

jornalismo@sindserv.com
Distribuição interna e dirigida aos servidores e setores públicos

Diretoria:

Audreli Queli Guatura (presidente); Alexandre Lisboa Ferreira (vice-presidente); Cristiane Maria Leonello C. Silva (secretário geral); Patrícia Artuza Cristovão Ferreira (1º secre-

tário); Gileila Simões Santana (2º secretária); Eliete Aparecida dos Santos Freitas (1º tesoureiro); Belmiro dos Santos Rodrigues (2º tesoureiro)
Suplentes: Rosângela Pereira, Reinaldo de Souza Santos, Zenaide de Almeida B. Baldim, Claudia Prudente de Siqueira Canhadadas, Arley Faulhaber Brusque Pinto Araújo Silva

Conselho Fiscal: Roseli Paturalski Prado, Jehovan Maria de Jesus e Rafael Correa de

Aquino. Suplentes: Alexandre Leal de Assunção.

Conselho Representante: Natanael Antônio dos Santos. Suplentes: João Batista da Silva e Silvio César Damas.

Jornalista: Jessyca Biazini – MTB 73.249/SP

Impressão: Atlântica Gráfica e Editora
Tiragem: 2.500 exemplares

ATO PÚBLICO! GREVE GERAL NACIONAL DA EDUCAÇÃO!

Os servidores públicos municipais, junto ao Sindserv, participam no dia 13 de agosto do ato público regional da Greve Geral Nacional da Educação. A luta é em função dos cortes de verba da educação pública, contra a reforma da Previdência, as privatizações e as terceirizações.

O Ato Público teve início em frente ao portão da UTGCA, às 6h30, e seguiu na parte da tarde, às 16h, em frente ao IFSP (Instituto Federal - Cam-

pus Caraguatatuba) com passeata pelas principais ruas do Centro. Ainda no Instituto ocorreu uma programação ao longo do dia, com roda de conversa sobre a luta do Movimento Estudantil e dos trabalhadores.

Os atos regionais contaram com apoio do Fórum dos Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte de SP e do Comitê Resistência do Litoral Norte.

Deliberada na 9ª Con-

ferência da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Greve Geral Nacional da Educação de 13 de agosto teve o objetivo de dar continuidade as grandes mobilizações que estão ocorrendo desde abril em todo o país. Trabalhadores junto aos sindicatos, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e movimentos sociais estão unidos contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), nº 6/2019, em defesa da educação, da democracia e contra retrocessos.

Os profissionais da educação de todo o país se uniram as demais categoriais, pois a luta é também pelos direitos da classe trabalhadora em geral. O manifesto da CNTE ressalta que os atos buscam o “restabelecimento e à



continuidade das políticas públicas essenciais a fim de garantir o bem estar de nossa sociedade”.

O documento ainda alerta que “a proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019) comprometerá a segurança social do país, remeterá milhares de pessoas à indigência, uma vez que se pretende reduzir e dificultar o acesso a direitos previdenciários, afetando, ainda, a economia de pequenos e médios municípios brasileiros

que se sustentam da renda gerada pelos benefícios previdenciários e assistenciais”.

O dia 13 de agosto foi marcado por paralisações, assembleias, protestos e manifestações em todo o país contra os ataques a educação, as aposentadorias, aos empregos, a direitos trabalhistas, ao meio ambiente, as riquezas nacionais e as liberdades democráticas.

PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA A TODOS!



Maioria dos projetos prioritários ao governo no Congresso afeta servidores

De acordo com o Correio Braziliense, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) fez uma análise da situação, no Congresso Nacional, de 25 propostas que despontam como prioridades do governo. Boa parte delas afeta diretamente a vida do funcionalismo. A maioria está focada no ambiente de negócios e na gestão pública, com normas para a desburocratização e desempenho no serviço público. “Exemplo disso, tramita a Medida Provisória nº 881/2019, da liberdade econômica, em comissão mista, e o Projeto de Lei do Senado nº 116/2017, sobre a demissão por insuficiência de desempenho do servidor público, que teve urgência aprovada para votação no plenário”, aponta o estudo.

Vinte das propostas estão em tramitação no Legislativo, cinco aguardam encaminhamento pelo Poder Executivo e duas já foram transformadas em lei em 2019. “Segundo a equipe do Ministério da Economia, a intenção, para agilizar os trabalhos, é entregar os textos para que sejam acompanhados e encaminhados por parlamentares estreates na Câmara dos Deputados ou do Senado Federal”, explicou Neuriberg Dias do Rêgo, assessor parlamentar do Diap e autor do levantamento.

Para Lucieni Pereira, presidente da Associação da Auditoria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (AudTCU), entre todas as medidas que afetam o funcionalismo, a pior é a que determina a demissão por insuficiência de desempenho. “A avaliação de desempenho não pode ser usada como instrumento de perseguição. Esse tema precisará ser discutido”.

Entre as propostas em tramitação no Congresso:

- > **Desempenho funcional:** cria a possibilidade de dispensa de servidores que tenham desempenho considerado insuficiente.
- > **Direito de greve:** regulamenta o direito, previsto na Constituição, e cria mecanismos para evitar a interrupção de serviços essenciais.
- > **Eficiência:** define regras para melhor desempenho do serviço público.
- > **Demissão por insuficiência do desempenho:** cria a possibilidade de dispensa do servidor público estável.

- > **Liberdade econômica:** estabelece garantias de livre mercado e análise de impacto regulatório e muda regras de atuação de servidores.

Entre as propostas em elaboração pelo governo:

- > **Contratação temporária:** amplia a possibilidade de contratação temporária nos órgãos públicos.
- > **Reestruturação de carreiras:** reduz o número, a complexidade e as distorções no serviço público.

NOTA DE REPÚDIO

O Sindserv São Sebastião explicita aqui o repúdio a quaisquer métodos utilizados para retaliação dos servidores públicos. Há alguns dias, a municipalidade distribuiu aos servidores de diversos setores os formulários de avaliação a serem preenchidos individualmente, não tendo critérios claros sobre este procedimento, e nem zelo pela im-

soalidade ou anonimato de quem fez uso do recurso.

O questionário interroga sobre o relacionamento com a chefia, assim sendo, não há como o servidor sentir-se seguro em ser sincero, tendo em vista que após preenchimento, o documento será entregue exatamente a chefia, não havendo urna para depó-

sito em garantia ao total anonimato.

Neste mesmo questionário, a última pergunta versa sobre a opinião do servidor sobre a gestão da cidade. De acordo com o artigo 206, inciso V, da Lei Complementar 146/2011, é proibido promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição, contra a administração

ou agentes públicos. Conclui-se, portanto, que a administração não respeita ao menos nosso estatuto.

A diretoria do Sindserv entende que faltou ética e lisura na aplicabilidade do formulário, pois é passível de gerar punições e perseguições no ambiente de trabalho. Sendo assim, de objetivo e resultado

duvidoso na confiabilidade dos dados, que tramitam só por meio da subjetividade.

Se a prefeitura tem a intenção de avançar na oferta dos serviços públicos, este deve ser tratado a princípio pela valorização dos trabalhadores. Trabalhador motivado e com salário justo, desempenha suas funções com excelência.

SINDSERV FLAGRA

Sem condições...

A diretoria do Sindserv acompanhou a perícia judicial para resguardar os direitos dos servidores que atuam no local e constataram que a estrutura do banheiro público da Rua da Praia está lastimável. Além dos azulejos e paredes descascadas, as pias sem torneiras, o local usado pelos servidores que fazem a manutenção do espaço está cheio de madeiras, entulhos, além de ser pequeno e inadequado. A prefeitura precisa garantir a manutenção do local e um espaço digno para o servidor desempenhar a função.



Pombal...

No mesmo dia da perícia nos banheiros, a diretoria acompanhou o perito até o CAE do bairro São Francisco que está infestado por pombos. Paredes, chão, e toda a estrutura estão repletas de fezes de pombos, o que podem causar várias doenças graves que podem levar à morte ou deixar seqüelas. Meningite, ornitose, histoplasmose são algumas das doenças e, com isso, a prefeitura tem obrigação de tomar as medidas necessárias para garantir a saúde de toda a população, principalmente dos servidores que trabalham diariamente neste local, ao controlar a quantidade desses animais na comunidade.



Quase caindo...

A quadra da E.M. de Juquehy continua caindo aos pedaços. Foram várias promessas de manutenção por parte da prefeitura, que a todo momento pede mais prazo, tanto para a reforma da escola (onde os alunos estudam em containers, não tem sala dos professores, muito menos sala de leitura, informática, etc), quanto para reformar a área esportiva que está praticamente sem forração, com muita infiltração e segue interditada. Os servidores, bem como os alunos e toda a comunidade precisam de uma atitude real da prefeitura para investir o dinheiro na Educação e resolver este problema. Após constatar o fato, a diretoria do Sindserv entrou em contato com a CIPA para solicitar vistoria técnica no local.



**ATENÇÃO!
DENUNCIE!**

**VOCÊ PODE DENUNCIAR
E NÃO PRECISA SE
IDENTIFICAR!**

**VIU ALGUMA
ARBITRARIEDADE OU
VIOLAÇÃO DOS DIREITOS
DOS SERVIDORES? ESTÁ
PASSANDO POR ALGUM
TIPO DE ASSÉDIO MORAL,
FALTA DE CONDIÇÕES DE
TRABALHO?**

**ENVIE A DENÚNCIA,
FOTOS, VÍDEOS,
INFORMAÇÕES PELO SITE
WWW.SINDSERV.COM OU
PELO WHATSAPP
(12) 99126.1511.**

Servidores se divertem no 7º Arraiá do Sindserv



Comidas típicas, sorteios e música boa garantiram a alegria dos trabalhadores sindicalizados e dos dependentes no 7º Arraiá do Sindserv, que foi realizado em Boiçucanga, na Costa Sul de São Sebastião, no dia 27 de julho. Os servidores se divertiram em um ambiente agradável e concorreram a diversos prêmios. As crianças ainda puderam ganhar brinquedos nos jogos “pescaria” e “boca do palhaço”.

Foram servidos também vários pratos típicos, como cachorro-quente, bolo de milho, de fubá, entre outras delícias. Nos últimos anos, centenas de servidores e familiares puderam aproveitar o Arraiá do Sindserv que já é tradição na Costa Sul da ci-

dade. E desde 2018, os convidados têm mais conforto, pois a Subsele de Boiçucanga foi ampliada e conta com um amplo salão de eventos.

“Estamos felizes em poder proporcionar aos servidores momentos de lazer, repleto de companheirismo e união. Tudo é organizado com muito carinho para que o sindicalizado e seus dependentes possam aproveitar a festa da melhor forma possível”, afirma Audrei Guatura, presidente do Sindserv.

AGRADECEMOS AOS APOIADORES:

- * RF Calçados
- * Kit Festa da Nadir
- * Wizard
- * Costa Marina
- * Padaria de Barequeçaba



Sindserv presente nos atos contra perseguição de trabalhadores e contra privatizações na UTGCA



O Sindicato dos servidores públicos de São Sebastião participa do Fórum dos Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte pela defesa do direi-

to público social.

Entende-se que o manejo e amparo de patrimônio público, significa a garantia de soberania das nações, no território reco-

nhecido, ocupado e utilizado por qualquer população mundial.

A presença da diretoria do Sindserv São Sebastião, ao lado de diretores do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro-LP) e representantes da Federação Nacional dos Petroleiros do Litoral Paulista, além de representante e filiados do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp) - subsele Caraguatatuba, e de estudante do Instituto Federal de São Paulo (IFS-P-CAR) - Campus de Caraguatatuba, fortalece a luta por justiça das atividades no serviço público.

Por exercer suas fun-

ções na direção do Sindipetro-LP, o dirigente sindical sofreu punição sem que fosse comprovada nenhuma conduta irregular na execução de seu trabalho, por isso fica configurada a escancarada perseguição pela patronal aos ativistas políticos e sindicalistas combativos. Houve mobilização da maior parte dos trabalhadores, com atrasos programados de 2h no início das atividades, demonstrando solidariedade e posicionamento contrário a arbitrariedades na perseguição ao companheiro de trabalho.

A consciência de classe foi expressa pelo operariado, na prontidão das ações

de repúdio ao autoritarismo patronal, e resistência a política entreguista do governo federal.

Lutar pelos usos dos nossos recursos minerais, de nossas tecnologias, é defender a apropriação de nossas riquezas para o benefício público.

O Sindserv de São Sebastião apoia os trabalhadores da UTGCA, tanto na defesa dos direitos trabalhistas, como repudia qualquer atitude patronal autoritária.

**Contra a privatização dos serviços públicos!
Contra a perseguição aos trabalhadores!
Nenhum direito a menos!**



ESPAÇO JURÍDICO

JURÍDICO NA BASE

Num bate-papo descontraído, vários agentes comunitários de saúde da Costa Sul sanaram dúvidas sobre o processo de cobrança do adicional de insalubridade, sua fase de cumprimento de sentença, como são elaborados os cálculos, a data provável para quitação de seus créditos.

Nesse encontro, os servidores tiveram a oportunidade de saber como funciona o tortuoso caminho que se inicia com a distribuição de uma ação até a satisfação plena de um direito.

Durante outras visitas, vários assuntos vieram à tona, tais como a ocorrência do desvio de função, o direito dos vigias ao retroativo do risco atividade, questionamentos sobre a configuração de assédio, a necessidade da defesa técnica nos processos administrativos disciplinares, dentre outras tantas demandas.

Com a valorização da advocacia, não nos resta dúvida de que teremos condições efetivas de defender nossos associados e enfrentar o que for necessário para que seja respeitado e garantido o tão importante equilíbrio das suas relações com o empregador.

Nesse mês, em que é comemorado o Dia do Advogado (11/08), a diretoria do SINDSERV, valorizando essa nobre profissão e visando o aprimoramento e satisfação do direito de seus associados, estendeu a prestação dos serviços (plantões), para as suas duas subsele e reconheceu a necessidade da nossa presença nos locais de trabalho do servidor, para que sejam prestados esclarecimentos e sanarem dúvidas.

No dia a dia, decifrar o emaranhado de informações que acomete o cidadão é nossa tarefa e garantir os seus direitos, sua voz e a apresentação de seus argumentos é nossa maior satisfação. Por isso, estamos satisfeitos com essa ampliação. Nossos laços com o associado serão fortalecidos e haverá o estreitamento das nossas relações.

A Constituição Federal preceitua que a advocacia é indispensável à administração da Justiça. Não nos resta dúvida de que é papel do advogado a garantia e o cumprimento do direito do cidadão e dessa luta nunca nos furtaremos.

Aliás, não é apenas a Justiça que não pode prescindir da advocacia, mas o Estado Democrático de Direito também é dependente do nobre ofício dos advogados.

No exercício dessa nobre profissão, o jurídico da entidade sindical esteve em vários setores, visitando os servidores e prestando-lhes auxílio.

Roberto Eduardo

OAB/SP 159.480

Advogado do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv)

Plantões na sede central do Sindserv às quintas e sextas-feiras



PLANTÕES DEPARTAMENTO JURÍDICO

A PARTIR DE AGOSTO O DEPARTAMENTO JURÍDICO DO SINDSERV INICIA OS PLANTÕES DE ATENDIMENTO NA SUBSEDE COSTA NORTE (ENSEADA) E NA SUBSEDE COSTA SUL (BOIÇUCANGA).

VOCÊ JÁ PODE LIGAR PARA SOLICITAR O AGENDAMENTO!

Sindserv – Subsele Costa Norte:
Rua Carlos Gomes, 141 – Enseada
Telefone: 3861-2692
Sindserv – Subsele Costa Sul:
Rua Luziana, 107 – Boiçucanga
Telefone: 3865-3152

Os primeiros dias de Plantão Atendimento Jurídico são:
o Costa Sul - Dra. Rosângela - 28/08
o Costa Norte - Dr. Roberto - 05/09



A PERVERSIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO; O CASO DAS PERÍCIAS MÉDICAS MUNICIPAIS.



A direção do Sindserv esteve presente na sessão de câmara, quando num anunciado erro, o então presidente desta Casa do povo, retirou de pauta a terceirização dos médicos especialistas da Unidade de Saúde Ocupacional. Porém na mesma sessão, sorratamente houve a votação favorável pela terceirização dos médicos atuantes na USO, retirando da municipalidade os deveres com a abertura de con-

ursos públicos para o preenchimento das vagas dos médicos peritos.

Entre vaias e protestos dos servidores, por estarem sendo ludibriados e pelo descontentamento em transformar as perícias em atividade mercadológica terceirizada, houve a perversa terceirização.

A mudança no artigo 95 da Lei 146/2011 sofreu alteração em sua essência por ser a preservação do direito

de servidores municipais de terem sua avaliação laboral realizada por médicos especialistas com cargos pertencentes ao quadro de funcionários municipais.

Desde então, a USO funciona em conjunto com a empresa privada Superseg, responsável pela constituição por comissão dos profissionais, que formam a junta médica oficial da Prefeitura Municipal de São Sebastião.

A privatização de parte da

USO não trouxe melhorias na prestação dos serviços, inclusive a mudança no local de atendimento transformou um “corredor alargado” em sala de espera, onde os servidores ficam submetidos as intempéries, numa situação de precariedade e inadequação estrutural.

Neste ambiente que compromete ainda mais a saúde dos servidores, ocorreu um lamentável episódio, cujo grande mal-estar atingiu todos que presenciaram a situação de uma servidora, que acabara de passar por junta médica oficial da prefeitura, constituída pela comissão terceirizada.

Conforme relatado pela servidora, o atendimento pela comissão médica não proporcionou o restabelecimento de sua saúde, para que conseguisse se readaptar as funções que desempenha, sendo percebido pela servidora um pressionamento de caráter

punitivo em sua avaliação laboral.

A diretoria do Sindserv observou o ocorrido, pois prestava auxílio a outras servidoras que aguardavam o mesmo atendimento, por isso mediante o fato, tentou-se estabelecer comunicação com a comissão da junta médica oficial, porém não foi possível nem o acesso aos nomes dos profissionais terceirizados por negativa no contato com estes, que se mantiveram cerrados na sala de atendimento.

Houve a necessidade da presença de policiais militares e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), por motivo de preocupação com a saúde da servidora, e para esclarecimento sobre as condições durante sua perícia médica.

Havia servidores no aguardo de perícia, as quais foram suspensas pelo transtorno ocorrido.

Servidores elegem delegados para o 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas

Os servidores municipais de São Sebastião elegeram dois delegados para participar do 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas. A eleição ocorreu na Assembleia Geral Extraordinária realizada pelo Sindserv no dia 21 de agosto, na sede central da entidade. A diretoria está organizando a se-

gunda assembleia que deve ocorrer na Sub-sede da Costa Sul, em Boiçucanga, no início de setembro, para eleger mais dois membros entre os sindicalizados.

Os delegados terão o papel de representar a categoria no Congresso e participar das discussões para fortalecer o movimento sindical.

O CONGRESSO

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas acontece de 3 a 6 de outubro, na cidade de Vinhedo (SP). A diretoria do Sindserv explica que a delegação terá o compromisso de ser a voz dos servidores públicos municipais de São Sebastião no evento e trazer a experiência em apresentação aos servidores.



ATENÇÃO SERVIDORES!!!

CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA SINDICALIZADOS SINDSERV DO DIA 1º AO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2019!

ENTRE EM CONTATO: (12) 3892.1545 - WPP. (12) 99126.1511

ou diretamente na Sede SINDSERV

SEM COPARTICIPAÇÃO!!!

A MAIOR REDE MÉDICA E HOSPITALAR DO VALE E LITORAL

- Exames simples e de alto custo
- Internações sem limites de diárias
- Consultas com especialidades
- Rede própria de atendimento
- Cirurgias de pequeno a grande porte

Plano de Saúde
Santa Casa Saúde

SEM CARÊNCIA*

*Exceto parto a termo e doença e/ou lesão preexistente

A tal da PEC paralela...

O que está sendo chamado no Senado de PEC (Proposta de Emenda à Constituição) paralela da reforma da previdência é um conjunto pequeno - mas muito importante - de itens que estavam no texto original e foram rejeitados na Câmara dos Deputados, portanto, não estão na proposta enviada ao Senado. São temas sobre os quais não houve consenso entre a própria base governista ou foram rejeitados por setores dessa mesma base. O Senado deverá formular essa nova PEC com esses itens. O termo “paralela” se deve ao fato que o Senado discutirá ao mesmo tempo o texto enviado pela Câmara e os demais temas que poderão formar a nova PEC.

Essa estratégia tem o objetivo de acelerar a promulgação do texto atual, sem prejuízo de outros temas que possam ser posteriormente discutidos e votados. Se o Senado modificar algo

na proposta que recebeu da Câmara o texto volta, deixando assim insatisfeitos os setores que tem muita pressão. De acordo com declarações de senadores em postos-chaves para a tramitação do texto a reforma poderá ser promulgada na primeira quinzena de outubro, se não houver alteração.

Entre os temas previstos para entrar na PEC paralela estão:

- Regime de capitalização: o relator Sen. Tasso Jereissati (PSDB-CE) já se manifestou pessoalmente favorável a esse regime. Ele e outros senadores poderão ressuscitar a proposta.

- Gatilho demográfico: o texto base propunha elevação automática da idade mínima para homens e mulheres a partir de 2024, de acordo com as projeções demográficas do IBGE.

- Estados e municípios: Os regimes administrados por esses entes da federação passam a seguir



algumas das novas regras como idade mínima e forma de cálculo dos benefícios. Ficou de fora regras para equacionar o déficit. Sobre esse tema não há consenso entre governadores e prefeitos. Também foi considerado que a maldade sobre os servidores públicos geraria uma forte pressão contrária a aprovação da reforma.

- Bombeiros e Policiais Militares: ficaram de fora do texto base e pleiteiam a mesma situação dos militares que entraram

na reforma da previdência após a concessão de uma significativa melhoria na carreira, remuneração, etc.

O tema dos estados e municípios tem um peso muito grande para o conjunto da previdência social e mais ainda para cada um desses entes da federação individualmente. Os governadores e prefeitos que terão que lidar com essa impopular reestruturação querem garantias, querem cobrar mais impostos, voltar atrás em renúncias fiscais, receber mais recursos

da União, etc. Esse tema justificará a fatal existência dessa nova PEC. O fôlego político e os consensos se esgotaram sem esses temas, agora cabe um puxadinho para os demais.

Para um comentário sobre o texto aprovado na Câmara ver:

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/nota-Tec211ASubstitutivo.html>

Renata Belzunces
Técnica do DIEESE
(Unidade de Atendimento Local do Vale do Paraíba)

STF forma maioria para impedir redução de salários de servidores



De acordo com o site ConJur, o Plenário do Supremo Tribunal Federal formou maioria para declarar inconstitucional o artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê a redução da jornada e salários de servidores para que os órgãos se adequem aos limites da lei. O julgamento foi suspenso em razão da ausência do ministro Celso de Mello.

Prevalece, até o momento, entendimento do

ministro Luiz Edson Fachin, que inaugurou a divergência, declarando inconstitucional o parágrafo 2º do art 23 da LRF e votou contra a possibilidade de reduzir jornada e salário de servidores quando a despesa estourar o teto de 60% da receita.

Em sua visão, não há como reduzir o salário de servidores públicos, e a Constituição “não merece ser flexibilizada por mais pesadas que sejam as ne-

ves dos tempos”.

A ministra Rosa Weber acompanhou o entendimento firmado por Fachin, declarando a medida inconstitucional. Para ela, “a alternativa criada pela LRF de redução de jornadas e salários não atende ao texto constitucional”. Os ministros Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e Luiz Fux também seguiram a divergência.

Constitucionalidade

Esse dispositivo está suspenso desde 2002, por liminar do STF. O relator, ministro Alexandre de Moraes, votou para derrubar a liminar que suspendeu a norma em 2002, declarando a constitucionalidade do artigo 23 parágrafos 1º e 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Moraes disse que a

Constituição, no artigo 169, prevê medida mais drástica que a LRF, que é a perda de cargo de servidor estável em caso de não cumprimento dos limites fiscais. Defende que a LRF traz uma opção intermediária.

“Será que o servidor público prefere ser demitido a manter seu cargo, manter sua carreira? A discussão não se dá entre ter essa flexibilização e continuar como está, é entre ter a flexibilização temporária ou ser demitido”, questionou.

Julgamento

O plenário voltou a julgar oito ações que questionam a Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre elas, ações que questionam os limites de gastos com pagamento de pessoal

impostos a órgãos como Tribunal de Contas e Ministério Público.

Movidas por partidos, associações de servidores públicos e outras entidades, as ações alegam, entre outros pontos, que o estabelecimento para estados e municípios de um limite de gasto com pessoal afrontaria a autonomia financeira dos entes.

O Sindserv São Sebastião se coloca totalmente contrário aos acordões de flexibilização do trabalho por serem parte do pacote de maldades da Reforma Trabalhista contra o trabalhador.

**Todo o apoio ao servidor público!
Nenhum direito a menos!**